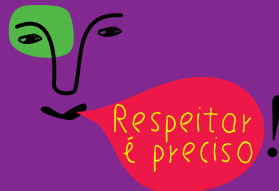


Respeito e Humilhação

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS





Resp
é pr

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

editar
preciso



São Paulo | dezembro de 2014

Prefeitura de São Paulo

Fernando Haddad

Secretaria Municipal de Direitos Humanos
e Cidadania de São Paulo

Rogério Sottili

Coordenação de Educação em Direitos Humanos

Coordenador geral

Eduardo Bittar

Coordenador adjunto

Jonas Waks

Assessores

Aline Vicentim

Pedro Peruzzo

Secretaria Municipal de Educação
de São Paulo

Antonio Cesar Russi Callegari

Instituto Vladimir Herzog

Ivo Herzog

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Respeito e humilhação : caderno temático / Vlado
Educação - Instituto Vladimir Herzog . --
1. ed. -- São Paulo : Instituto Vladimir Herzog,
2015. -- (Projeto respeitar é preciso!)

Bibliografia

1. Educação em direitos humanos 2. Educação
inclusiva 3. Humilhação 4. Humilhação na escola
5. Respeito I. Vlado Educação - Instituto Vladimir
Herzog. II. Série.

15-00841

CDD-370.115

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação em direitos humanos 370.115

Vlado Educação

Direção educacional

Ana Rosa Abreu

Coordenação educacional

Neide Nogueira

Equipe educacional

Ana Lúcia Catão

Celinha Nascimento

Maria da Paz Castro

Maria Paula Zurawski

Consultoria

Cristina Vincentin

Flávia Shilling

Maria Victoria Benevides

Colaboração

Fermin Damirdjian e Francisco Eduardo Bodião

Produção participativa

Professores, funcionários, gestores, técnicos da Rede
Municipal de Ensino de São Paulo e membros das comu-
nidades escolares que participaram dos cursos Respeitar
é Preciso!, realizados em 2014 nos Centros de Educação
em Direitos Humanos, em São Paulo (SP)

Revisão de texto

Jandira Queiroz

Projeto gráfico

S,M&A Design | Samuel Ribeiro Jr.

Ilustrações

Lúcia Brandão

Este material tem autorização para franca multiplica-
ção, respeitados os direitos de autor e citadas adequa-
damente as fontes.



Sumário

Apresentação	5
1. Humilhação e Direitos Humanos	9
2. Humilhação e autoritarismo	11
3. Humilhação e ações educativas	12
4. Intervenções no cotidiano	22
Bibliografia de referência	29

APRESENTAÇÃO

Caros educadores,

Este caderno, intitulado *Respeito e Humilhação*, faz parte do conjunto de publicações do Projeto Respeitar é Preciso! que busca compartilhar orientações, subsídios e sugestões para implementar a cultura de Educação em Direitos Humanos nas escolas da Rede Municipal de Ensino da cidade de São Paulo.

Além de ações de formação, esse projeto conta com cinco publicações (*Orientações Gerais, Sujeitos de Direito, Igualdade e Discriminação, Respeito e Humilhação e Democracia na Escola*) que, em seu conjunto, abarcam as principais questões relativas às práticas educacionais de respeito aos Direitos Humanos, identificadas na interlocução com os participantes do curso Respeitar é Preciso!, realizado em 2014. O caderno *Orientações Gerais* aponta caminhos principalmente para os adultos da escola, todos considerados educadores, e para a entrada gradativa dos alunos, dos pais e da comunidade do entorno. Os demais cadernos tratam de questões importantes que perpassam todo o Projeto. Um tema e outro se entrelaçam, mas a organização em cadernos faz com que seja possível “colocar uma lente” em aspectos diferentes para uma reflexão mais focada.

A ideia de humilhação está intimamente relacionada a todo tipo de exclusão e discriminação e se opõe à ideia de respeito, o que justifica uma reflexão constante sobre o tema nos meios escolares. Colocar o outro em situação de inferioridade por meio de uma prática humilhante, intencionalmente ou não, fere a dignidade dos sujeitos e pode configurar uma situação de abuso de poder.

Neste caderno, o tema é tratado do ponto de vista das relações interpessoais no cotidiano escolar, como elas acontecem e quais as consequências negativas, não apenas para cada indivíduo humilhado, mas para a escola. A escola perde com o isolamento e o possível ressentimento da vítima, que pode desistir da participação no coletivo, e também perde quando o ambiente fica pesado ou insensível diante da recorrência de casos penosos. Contudo, há maneiras eficazes e respeitosas para o enfrentamento desses problemas.

Boa leitura e bom trabalho.

*Vlado Educação – Instituto Vladimir Herzog,
Secretaria Municipal de Educação e
Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo*

“

A Educação em Direitos Humanos tem por escopo principal uma formação ética, crítica e política. A primeira se refere à formação de atitudes orientadas por valores humanizadores, como a dignidade da pessoa, a liberdade, a igualdade, a justiça, a paz, a reciprocidade entre povos e culturas, servindo de parâmetro ético-político para a reflexão dos modos de ser e agir individual, coletivo e institucional. A formação crítica diz respeito ao exercício de juízos reflexivos sobre as relações entre os contextos sociais, culturais, econômicos e políticos, promovendo práticas institucionais coerentes com os Direitos Humanos. A formação política deve estar pautada numa perspectiva emancipatória e transformadora dos sujeitos de direitos. ”

Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, Ministério da Educação



Respeito e Humilhação

1. HUMILHAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Existem contextos sociais em que o desrespeito aos Direitos Humanos configura situações em si humilhantes, como a miséria, a fome, o abandono, a violência, a falta de moradia, de trabalho e de condições mínimas de vida e de justiça. Uma criança sem escola, uma família desabrigada, uma situação de fome, uma doença não tratada são evidências flagrantes de humilhação grave e passíveis de indignação. Da perspectiva educativa, a questão central é o fato de que, muitas vezes, as relações desrespeitosas entre as pessoas reproduzem, reafirmam ou exacerbam situações injustas e indignas. O desafio é colocar em prática a orientação das Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, do Ministério da Educação.

A reflexão acerca da humilhação remete às ideias de respeito mútuo e desrespeito. As discussões sobre esse tema serão sempre mais ricas e consistentes se considerarem as relações que se pode estabelecer entre elas. Respeitar o outro significa, antes de tudo, considerá-lo sujeito de direito (ver caderno *Sujeitos de Direito*), condição de todo e qualquer ser humano, independentemente de suas características sociais e

pessoais, e do que quer que tenha feito, preservando, assim, a sua dignidade, condição inerente a todo e qualquer ser humano.

Humilhar é o ato ou a atitude que se traduz em diminuir alguém, tornando-o inferior, no intuito de se sentir superior, mesmo que sob a desculpa de uma “brincadeira”. Agredir (moral ou fisicamente), insultar, expor fragilidades, ridicularizar, pressionar, constranger... São muitas e muito diferentes as formas como as situações de humilhação acontecem e também são muitos os contextos que as geram.

Qualquer pessoa pode se tornar alvo de humilhação, por diversas razões: pela diferença considerada negativa em certos grupos (como LGBTs, negros, mulheres, crença religiosa, condição social e identidade cultural), por ser alvo de inveja ou por apresentar alguma característica que lhe coloque em situação de desvantagem (como deficiência física ou déficit intelectual).

Infelizmente, são muito frequentes na escola situações de humilhação dirigidas àqueles alunos que pertencem, ou parecem pertencer, a um grupo social tido como inferior. Não possuir aparelho de telefone celular dos mais modernos (e caros), não vestir “a grife da hora” ou viver em um local considerado “pobre” são exemplos de situações que podem disparar atos de humilhação por parte dos alunos que, de alguma maneira, se sentem superiores quando munidos desses adereços. Esse tipo de ocorrência merece atenção dos educadores, considerando sempre que se trata de uma situação que tem sua origem numa sociedade que valoriza os indivíduos com base no poder de consumo de cada um. Todas essas situações explicitam o preconceito gerado por uma visão de mundo que considera as pessoas pela sua aparência e trata as diferenças como alvo de discriminação.

As situações de humilhação, por definição, colocam (ou tentam colocar) o sujeito humilhado em condição inferior. No sistema educacional, isso pode acontecer nas relações interpessoais entre crianças, entre adultos e entre adultos e adolescentes, entre adultos e crianças, inclusive com crianças bem pequenas. Deixar um bebê com



as fraldas sujas durante muito tempo, colocar apelidos pejorativos em crianças por causa de alguma característica física, gritar com as crianças ou castigá-las sem explicar o que fizeram para isso são exemplos de humilhação que ainda hoje ocorrem no âmbito da Educação Infantil, caracterizando, assim, uma situação de desrespeito aos Direitos Humanos num de seus mais importantes princípios, que é a dignidade do ser humano.

2. HUMILHAÇÃO E AUTORITARISMO

A humilhação, infelizmente, é muito frequente nas relações hierárquicas contaminadas pelo autoritarismo como em diversos tipos de instituições que fazem parte de nossa sociedade: militares, políticas, de saúde, de educação, de serviços públicos em geral. O desafio de uma sociedade justa é garantir relações democráticas em que haja escuta e participação por meio de mecanismos de consulta e transparência. É nesse contexto e por meio dessas práticas que a autoridade (ver caderno *Democracia na Escola*) se legitima verdadeiramente, passando a cumprir o papel de organização e orientação, e não sendo apenas um poder instituído arbitrariamente.

Foco de maior interesse nesse projeto, a escola é composta por uma extensa e complexa rede de relações e tem sua organização marcada por uma estrutura hierárquica. Dessa forma, é terreno fértil para situações de humilhação, mas também para a socialização, a promoção da cidadania, a formação de atitudes, opiniões e o desenvolvimento pessoal na perspectiva da Educação em Direitos Humanos.

Encontrar na hierarquia uma forma de organização e distribuição de funções, mais do que mero exercício de poder, é condição para que as relações entre os educadores aconteçam de modo respeitoso.

O espaço escolar é um lugar privilegiado no sentido de servir como cenário para a transformação voltada para a legitimação e a valorização dos Direitos Humanos em todas as relações, instâncias e atividades. Também se presta a nos oferecer elementos

que permitem tanto uma análise proposital dos preceitos éticos quanto o cultivo de um ambiente em que a humilhação não encontra seu enraizamento facilitado.

3. HUMILHAÇÃO E AÇÕES EDUCATIVAS

Na escola, as humilhações ocorrem nos diversos níveis de relação, refletindo uma afirmação de poder sobre o outro, tendo como agentes tanto alunos quanto professores, funcionários, gestores e outros elementos da comunidade, seja como protagonistas, seja como vítimas.

As manifestações práticas da humilhação em uma instituição escolar são muito variadas, revelando-se, muitas vezes, no poder de julgamento dos adultos ao conferir notas ou no tratamento pejorativo, em agressões verbais e na exposição do aluno ao ridículo pelos colegas.

No caso da Educação Infantil, e mesmo de todo o Ensino Fundamental, a grande dependência da criança em relação aos cuidados do adulto a coloca numa situação vulnerável, pois está iniciando sua vida em grupo e ainda não tem condições de argumentar e se defender, ou estes recursos estão ainda em construção. Por isso, os professores, bem como todos os adultos educadores que atuam em CEIs, EMEIs e EMEFs, devem considerar a importância de suas atitudes de cuidado, intervenção em conflitos e a organização dos ambientes de convivência das crianças. Quando a criança é atendida, ouvida e acolhida, ela acaba tendo apreço pelo outro e confiando nele (a criança como digna de valor, não como objeto).



De modo geral, tudo o que se faz e o que se diz em uma escola, se presta como ação educativa na transmissão de valores, o que justifica e responsabiliza a escola como espaço de formação de pessoas, bem como de consolidação de um coletivo moldado pelo respeito mútuo.

Atualmente, diversos tipos de agressão e violência que têm como fio condutor a humilhação ganham visibilidade (inclusive na mídia) e ocupam um lugar significativo nas pautas de discussão e nas preocupações sobre o convívio escolar. Isso aponta a urgência de uma atuação constante, que não se limite à pura e simples coibição e punição desse tipo de atitude (o que já se mostrou ineficaz), mas instaure na escola, gradativamente, uma nova cultura permeada pelo respeito.

A proposição de formas respeitosas de convívio devem escapar, obviamente, a uma cartilha de boas maneiras, procurando fundamentação ética que permeie as relações entre os diversos setores que compõem o corpo escolar (educadores, adultos responsáveis, alunos) e entre todos os indivíduos. Assim, propiciar um ambiente saudável, para além de uma proposição generalista da prática de bons tratos, significa incorporar em todos os âmbitos um olhar atento para a ocorrência de situações de humilhação e nele intervir.

O risco das orientações superficiais, como exigir que as crianças peçam desculpas automaticamente depois de algum conflito, pode cristalizar práticas estereotipadas se o cuidado e o respeito para com o outro não forem valores realmente vivenciados e observados por elas no cotidiano. Desculpas e agradecimentos podem se tornar expressões verbais, vazias de sentido, utilizadas apenas formalmente.

Se o exercício da violência moral ocorre de forma reiterada e com razoável frequência nas instituições escolares, é importante evitar uma interpretação simplista, atribuindo essa prática a um ou dois alunos “vilões” e sair em sua busca pelos corredores da escola. Mais produtivo, é olhar para a complexidade da situação e para os valores que são transmitidos pela escola e reproduzidos pelos alunos, expostos em muitos contextos: nas escolhas curriculares e na forma de apresentá-las; nos instrumentos de avaliação; na maneira como os adultos se dirigem aos alunos; nos cuidados que demandam, tanto do ponto de vista da aprendizagem, quanto ao que se refere às relações interpessoais.



É preciso refletir sobre as práticas educativas, fazendo uma análise do que acontece e que pode desviar ou mesmo ir contra o objetivo de criar condições para que os alunos se desenvolvam com autoconfiança e autonomia.

Situações de humilhação entre os alunos

Atualmente, no meio educacional e nas mídias, a prática do bullying (humilhação) tem sido muito comentada e analisada como demonstração de hostilidade moral e/ou física entre alunos. O bullying se refere a atitudes repetidas de opressão, agressão e dominação de pessoas ou grupos sobre outras pessoas ou grupos, por meio de posturas “valentes”, ameaças e atribuição de apelidos pejorativos, que amedrontam e trazem sofrimento, assim como ignorar e rejeitar colegas, ameaçar, furtar, ofender, discriminar e intimidar, tudo o que define uma situação de humilhação.

Palavra de origem inglesa, o bullying chega ao Brasil e traz uma concepção à qual devemos estar atentos. O Projeto Respeitar é Preciso! adota o termo “humilhação” para se referir a esse fenômeno e apresenta uma abordagem mais construtiva.

Muitas vezes, essas discussões seguem um caminho perigoso, que é identificar os que “fazem” e os que “recebem” bullying, criminalizando uns e vitimizando outros, como se essas atitudes agressivas e tão nocivas acontecessem por única responsabilidade dos envolvidos: sempre os alunos. O que vemos hoje é essa questão sendo tratada em âmbitos jurídicos, por meio da atuação de advogados “especialistas em bullying”, relegando a segundo plano o caráter educacional desse fenômeno, bem como o espaço de resolução adequado e eficiente (que é a escola) e os agentes responsáveis (que são os educadores).

Nessa perspectiva, a atuação da escola frequentemente se limita a definir punições, que vão desde advertências até a expulsão de alunos, muitas vezes sem considerar o contexto em que as situações de humilhação ocorreram e que, no espaço educativo, é preciso compreender, intervir, se responsabilizar por violências desse tipo e educar para combater o que de fato ocorre.

É possível observar um número grande de crianças e adolescentes com dificuldade para reagir a essas situações agressivas, mostrando-se intimidados, o que acaba acarretando contínuas transferências de escola (pois, muitas vezes, não conseguem suportar a pressão). Isso é tão equivocadamente considerado quanto considerar que a humilhação pode ser evitada com algumas ações específicas e localizadas, como se evita determinada praga de jardim. Não se trata disso, e, sim, de considerar a complexidade destas situações e trazer à tona a prática do respeito mútuo, fazendo com que todas as relações entre os sujeitos da escola a considerem condição de convívio.

Mesmo sendo uma situação entre alunos, portanto, em princípio entre iguais, existe uma relação explícita de poder abusivo num contexto de humilhação: quem humilha sempre exerce uma força sobre o outro que, por algum motivo, se sente atingido, constrangido e não pode se defender, assumindo, assim, o lugar do fraco. Esse lugar se consolida, ainda que se saiba que quem precisa humilhar também carrega um alto grau de fragilidade. Portanto, todos precisam de cuidado. Buscar compreender e acolher o que agride pode ser um caminho para proteger o que é agredido.

O Projeto Respeitar é Preciso! considera que esses comportamentos agressivos entre os alunos configuram violência, devendo levar os educadores a pensar no contexto em que esses comportamentos ocorrem, olhar quem são os envolvidos e as características pessoais dos que agredem e dos agredidos, compreender o que está motivando esses comportamentos, identificar seu papel como educador e responsável e, principalmente, pensar sobre as possibilidades de intervenção no ambiente escolar.

Os educadores e os alunos

A reflexão sobre humilhação também implica pensar o lugar da autoridade e das relações de poder que são evidentes, mas nem sempre explícitas na escola. A prática da avaliação é um exemplo. Recurso importante para regular as aprendizagens, a avaliação também pode determinar algumas situações de humilhação que impedem o desenvolvimento desejável dos alunos.

Muitas vezes, as notas alcançadas nas provas, nos trabalhos e em outras situações de avaliação são vistas pelos alunos (e também pelo professor) como um “retrato” da posição do aluno dentro e fora da classe e, principalmente, em relação aos colegas, atribuindo rapidamente uma imagem, que pode ser de “bom” ou “mau” aluno. Uma nota baixa, uma atitude inadequada, um período prolongado de ausência nas aulas podem ser o bastante para determinar o perfil de um aluno, ou até mesmo o fracasso do seu processo de escolaridade. O aluno que “vai mal” é estigmatizado como incapaz, incompetente, “burro” e, portanto, fracassado, o que o leva a se sentir assim.

Por essência, a avaliação potencializa uma visão comparativa que pode colocar o malsucedido em situação de constrangimento, levando-o a ser ironizado pelos colegas e, não raro, consolidando uma imagem assim também pelos professores e demais adultos.

Antes de mais nada, a avaliação deve ser um instrumento de análise e reflexão tanto para professores quanto para alunos, potencializando um processo de autorregulação que vai lhes mostrar aquilo que já sabem e o que ainda é preciso aprender. Assim, os únicos indicadores apontados por suas notas são a competência para lidar com os conteúdos e o desempenho em sala de aula. No entanto, não são raras as situações em que a nota de um aluno é o reflexo da imagem que o professor atribui a ele e, mesmo sem ter consciência disso, aprisiona o aluno num lugar consolidado de incapacidade que justifica não apoiá-lo; afinal, ele “é assim mesmo”. Ainda que o aluno demonstre grande dificuldade para se apropriar dos conteúdos e organizar sua vida escolar, sempre existe alguma intervenção que pode ser feita pelo professor no sentido de ressaltar suas potencialidades e para ajudá-lo a avançar.

Em geral, a dificuldade desses alunos é ocasionada por alguma situação que estão enfrentando, como, por exemplo, uma questão emocional. Embora tudo isso possa explicar algo, não deve afastar o professor do seu compromisso educativo com esses alunos e não justifica os fracassos deles. Esses são justamente os alunos que precisam ser considerados com mais cuidado e mais atenção.

O fato de os alunos estarem na escola para aprender acaba, de alguma forma, “autorizando” os professores e os adultos a se dirigirem a eles com o poder de um superior que acaba, muitas vezes, por humilhá-los “com a intenção de educar”. Como ilustração, pode se pensar numa situação em que, no intuito de chamar a atenção do aluno para o pouco comprometimento que vem demonstrando nos estudos, nas tarefas, e na participação durante as aulas ou diante de mais uma atividade não realizada, o professor diz: “Eu tinha certeza de que você não faria”, “Pra variar, não fez a lição de casa”, ou apenas “Que novidade!”.

Essas e outras situações, que podem ser uma expressão sutil ou um olhar, além de expor o aluno diante de seus colegas, podem vir a cristalizar uma condição que, na grande maioria das vezes, poderia ser transformada.

É importante ter a clareza de que nenhum tipo de humilhação tem potencial educativo. Antes, pelo contrário: a humilhação dirigida a um aluno, vinda de um professor (que cumpre também um papel de modelo), pode, com muita facilidade, fragilizar a autoestima desse aluno e autorizar outros alunos a agir da mesma forma.

Na Educação Infantil, etapa da vida escolar em que as crianças estão mais fragilizadas diante do adulto, as situações de humilhação merecem uma reflexão ainda mais cuidadosa. A demonstração, mesmo não intencional, de irritação porque a criança derruba a comida no chão ou faz xixi na calça é um dos exemplos de como se comunica que elas são incapazes. Outras situações de humilhação são geradas por uma longa espera entre uma atividade e outra, além da exigência de que as crianças fiquem “quietinhas”, desconsiderando a predominância do movimento e da expressividade na primeira infância. Infelizmente, ainda são comuns situações de pouca atenção, ou mesmo de desrespeito, aos desejos e às



necessidades individuais das crianças, obrigando-as a fazer a mesma coisa, do mesmo jeito, ao mesmo tempo. Quem não se lembra de pelo menos um caso de crianças que fizeram xixi na calça porque a professora não deixou ir ao banheiro?

Felizmente, hoje principalmente os CEIs e as EMEIs avançaram muito na escuta da criança e na transformação de práticas tradicionalmente autoritárias em situações nas quais as crianças são consideradas e respeitadas como sujeitos. De fato, o professor e outros adultos da instituição escolar são autoridades e devem se manter nesse lugar. O mais importante é parar para refletir como essa autoridade, esse poder e essa influência repercutem em seus alunos e em sua vida.

As práticas educativas expressam uma concepção do que é educar e de como educar, e a escola carrega a cultura do autoritarismo (o que é diferente de autoridade), em que a punição, a repreensão e a reprovação são os recursos utilizados com maior frequência para ensinar. Mesmo que pensem de forma diferente, essas crenças estão muito impregnadas nas práticas dos educadores e influenciam suas atitudes. Assim, é importante considerar que a sua atuação é movida muito mais pelas crenças construídas no decorrer de anos, do que pelo que ele discute nas ações de formação e adota racionalmente. Portanto, é de grande relevância a reflexão sobre quais são as atuais “palmatórias” utilizadas sem essa consciência.

Cuidados e limites

Atualmente, é comum o discurso de que a relação entre professores e alunos é permeada pela falta de limites e de que os alunos não obedecem nem respeitam os professores. No entanto, isso não pode pairar sobre a escola como uma nuvem escura que não tem como ser dispersada. É hora de pensar o que está acontecendo e dissipar a barreira entre educadores e alunos. E essa atitude tem que partir da escola. Vale lembrar que o papel do educador é reafirmado e respeitado pelos alunos por meio do reconhecimento da legitimidade do adulto que educa, acolhe e que utiliza sua autoridade como modelo e para o acolhimento.

Hoje, as crianças e os adolescentes podem contar com um importante dispositivo de proteção e justiça, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que lhes confere direitos e atribui a eles o papel de cidadãos em formação, garantindo o desenvolvimento de suas potencialidades e conferindo a eles responsabilidades que são capazes de assumir nessa etapa da vida. Contudo, essas garantias não são afirmadas para tirar a autoridade dos educadores, nem para afastar dos adultos a responsabilidade de intervir de forma educativa na vida de crianças e adolescentes. Antes, pelo contrário, são parâmetros que os cercam de segurança e apontam aos adultos as possibilidades de atuação, considerando as características inerentes ao processo de desenvolvimento que estão vivendo em cada etapa da vida.

Assim, não é só necessário, mas possível, educar protegendo. O cuidado faz parte da prática educativa, não só das crianças da Educação Infantil, mas de todas que estão sob responsabilidade dos adultos ao longo da Educação Básica, quando são tão necessários a proteção e o cuidado do aluno no ambiente escolar. Quando isso não acontece, além de favorecer a baixa autoestima em alguns, já mais fragilizados, pode colocá-los frequentemente na posição de vítimas de violência e humilhação.

Desse modo, libertar a escola da humilhação constante é instaurar, gradativamente, um processo de transformação, desde a sala de aula. A ideia ou a certeza de que o “professor determina” e o “aluno obedece” precisa ser desenraizada das práticas educativas. A escola regida pelo modelo tradicional, com a administração da classe centralizada nas mãos do professor, tendo os alunos em posição simplesmente de obediência, perdeu-se no tempo. Nem por isso a hierarquia e a autoridade devem ficar menos visíveis, mas, sim, ser vistas como condição para o acolhimento dos alunos e para uma relação mais prazerosa para todos. Os educadores também precisam de segurança para trabalhar e cabe a eles driblar situações constrangedoras e desagradáveis para todos.

Entretanto, essas transformações implicam novas definições de disciplina, que serão construídas como base em práticas como: lidar com a fala e o turno da palavra de

modo que todos possam se manifestar e sejam ouvidos; intervir em sala propondo conversas que levem os alunos a refletir a respeito dos conflitos ocorridos; discernir a irreverência comum principalmente nos adolescentes de uma afronta à autoridade, assim como a mera rebeldia da justa manifestação. Cada julgamento desses vai trazer respostas e encaminhamentos diferentes.

Assim, a “indisciplina” não é apenas desordem, mas também pode expressar um movimento inerente ao processo de construção de conhecimento e desenvolvimento, que, por si só, provoca falas, movimento, oposição, inquietação e busca de respostas. Se, num primeiro momento, pode causar certo desconforto aos professores, também pode afirmar sua autoridade quando trata da situação com ponderação e acolhimento. São atitudes de quem está se desenvolvendo, e a possível “agressão” ou falta de respeito não se dirige à pessoa do professor, mas ao lugar de autoridade que o adulto ocupa na situação, o que costuma desafiar os alunos, sobretudo na fase da adolescência.

A humilhação no meio dos adultos

Tão nociva e prejudicial para a construção de um ambiente permeado pelo respeito é a humilhação, que também pode estar presente na escola, dirigida de um adulto para outro. Nenhuma atitude, erro, postura inadequada, posição, cargo ou falha de um adulto que faz parte da rede de relações da escola justifica uma resposta humilhante, ainda que no contexto de uma estrutura hierárquica. Nenhum nível de hierarquia pressupõe tratamento desigual para um ou para outro sujeito. Nenhuma hierarquia significa ausência de responsabilidade. Todos são importantes e desenvolvem um trabalho profissional indispensável para a vida escolar e, portanto, para a educação dos alunos.

A instituição escolar é formada por uma rede que tem como base o grupo de adultos, todos eles educadores, responsáveis por sua sustentação funcional, educacional, pedagógica e ética. A complexa dinâmica de funcionamento da escola depende de uma

engrenagem alimentada por todos os setores, dependentes uns dos outros. Conhecer o valor e o papel de cada um deles, trabalhando de forma cooperativa, é condição para oferecer aos alunos a educação de qualidade da qual são dignos. Também nesse caso, a hierarquia de cargos e funções deve estar a serviço da construção de um espaço democrático, que tenha suas decisões tomadas de forma transparente, evitando entraves burocráticos sempre que possível.

A ausência de professor ou diretor é tão prejudicial ao funcionamento da escola quanto a de um porteiro ou responsável pela coleta de lixo. Os alunos, por sua vez, tratam os funcionários da escola com base no modelo adulto que é oferecido a eles, lançando mão de formas respeitadas de tratamento, como chamar as pessoas pelo nome, cumprimentando a todos com os quais se depararem e reconhecendo o trabalho de cada um deles. Referir-se a alguém como “tia da limpeza” ou “tio do portão” é uma desconsideração e não representa os princípios e os valores defendidos pelo Projeto Respeitar é Preciso!

Essa mesma situação pode ser observada em relação aos familiares e responsáveis pelos alunos, que também devem ser chamados pelo nome, evitando os famigerados “mãe” e “pai”, que os deixam sem identidade própria. Outra questão importante a ser considerada é o julgamento que se faz, muitas vezes, de um pai, uma mãe ou responsável com base no comportamento de seu filho. Um filho que enfrenta na escola questões relacionadas à disciplina ou à aprendizagem não implica, de forma alguma, uma mãe ou um pai ausente, assim como uma criança que tem dificuldades para aprender a ler não é necessariamente filha de uma “família ignorante”. Da mesma forma, o fato de um pai ser reconhecido na comunidade como alcoólatra não autoriza julgamentos negativos em relação à criança. Na verdade, esses são os alunos e as famílias que mais necessitam de cuidado, apoio e interlocução por parte dos educadores que formam o corpo da escola.

Considerando os objetivos do Projeto Respeitar é Preciso! (fazer presente e de forma permanente a ideia do respeito mútuo e da soberania da dignidade humana como



mediadoras das relações no ambiente escolar), torna-se evidente, e até mesmo indiscutível, a necessidade de colocar a questão da humilhação na “ordem do dia”, não só promovendo conversas e debates, mas fazendo o uso educativo de todas as situações que possam surgir na rotina da escola, e até fora dela, trazendo-as à luz e abrindo espaço para que todos possam se colocar, opinar e compartilhar dúvidas. Nesses momentos, não se pode deixar de abordar os diversos tipos de humilhação: tanto aqueles que se manifestam de forma clara no dia a dia da escola (ofensas, agressões, constrangimentos) quanto a humilhação proveniente de contextos de injustiça social. Não se trata apenas de punir a humilhação, mas ir além, construindo no ambiente escolar uma cultura sensível e de indignação diante da humilhação de seus pares.

4. INTERVENÇÕES NO COTIDIANO

A escola da Educação Básica tem como função a educação de crianças e adolescentes, o que vai além de garantir a aprendizagem de conteúdos curriculares, pois inclui valores e atitudes. Uma das mais importantes funções do educador é investir em conhecimentos e na formação de valores, paralelamente às disciplinas exigidas para a formação acadêmica, elegendo conteúdos ou situações didáticas que exemplifiquem e possibilitem o debate sobre opressão e violência.

É inquestionável o caráter inaceitável de toda e qualquer situação de humilhação na escola, e esse princípio deve ser colocado para as crianças de forma clara, desde os primeiros anos de vida escolar, por meio das atitudes e, sobretudo, da indignação dos educadores.

A discussão e o diálogo são boas estratégias de ensino nesses casos, assim como a retomada de situações vivenciadas na escola. A frequência dessas ocorrências no espaço escolar é uma medida que apontará a pertinência das intervenções realizadas e a necessidade de estendê-las ao longo do tempo.

Na verdade, qualquer característica, forma de ser e estar ou qualquer ação presente em alguma situação social pode surgir como motivo para um ato de humilhação. O sujeito agente da humilhação tem a sensação de que se fortalece, à medida que, de alguma forma, coloca o humilhado em situação de submissão diante do coletivo em que estão inseridos. A humilhação não se concretiza apenas na exposição perante um grupo, ela pode acontecer até mesmo no âmbito do privado. Isso costuma acontecer entre adultos, entre crianças e entre adultos e crianças. O resultado de uma situação de humilhação sistemática é a instituição, no grupo, de “polos de força”, representados, de um lado, por quem sofre a humilhação e se sente rejeitado e, de outro, pelos que humilham numa espécie de “encantamento pela superioridade”. Na realidade, o indivíduo que humilha também carrega algum tipo de vulnerabilidade, que o leva a agir dessa forma.

Assim, merece especial atenção dos educadores o tratamento dispensado a alguns episódios de humilhação considerados corriqueiros e naturais. Muitas vezes, essas situações são incorporadas à prática cotidiana escolar, contribuindo para a sua banalização ou legitimação como mecanismo de resolução de conflitos. Falas como “Isso sempre foi assim”, “Não podemos fazer nada” ou “Isso vem de casa”, que surgem com muita frequência, vindas tanto das crianças e dos adolescentes quanto de adultos, podem colocar em risco todo o trabalho de formação e valorização da dignidade humana do qual os educadores são imbuídos. Antes de tudo, é preciso formar os alunos com a ideia de que **nenhum tipo de humilhação é aceitável e que toda situação pode e deve ser transformada.**

Existem muitas crianças que não se sentem à vontade nem “autorizadas”, por assim dizer, a explicitar seu incômodo para os adultos quando são submetidas a situações humilhantes pelos colegas, recolhendo-se, muitas vezes, de forma silenciosa e distante do olhar daqueles que podem vir em seu socorro. Nesses casos, faz-se necessária uma atenção especial àquelas que, de modo bastante sutil,



sinalizam seu sofrimento, não se mostrando à vontade entre os colegas, isolando-se e calando-se. Às vezes, uma conversa reservada é o bastante para que elas consigam pedir a ajuda de um adulto, o que não será possível sem uma aproximação.

Outro papel importante a ser desempenhado pelos adultos é o de mediadores das situações que presenciam e que são trazidas pelos alunos. Ouvir as duas partes pode ser um bom ponto de partida nessas ocasiões. Cada situação é única, e não é possível ter uma regra de como agir, mas um bom caminho é apostar no diálogo e na escuta, levando os próprios alunos a perceber e rever suas atitudes. O educador deve deixar clara sua posição em relação ao que aconteceu, mas sua indignação, embora tenha um impacto educativo bastante positivo, deve estar sempre voltada para uma atitude, e não para o aluno que a colocou em prática.

Outra orientação importante é conversar mais diretamente e de forma reservada com as partes envolvidas em cada situação, evitando expor a discussão para não gerar ainda mais constrangimentos e sofrimento. Na mediação desses acontecimentos, posicionar-se e proteger o aluno que sofreu uma humilhação não significa tomar a sua voz nem representá-lo na discussão. Ele deve contar com o apoio incondicional do educador, sendo sempre encorajado a se colocar, pois é preciso fortalecê-lo, para que não se torne alvo constante de humilhação.

Se, de um lado, é função do adulto se aproximar e proteger o aluno que foi humilhado, de outro, seu afastamento também pode ser bastante fortalecedor, o que não significa deixá-lo à própria sorte, mas, sim, ajudá-lo a perceber suas potencialidades e a se defender com gradativa autonomia. A mediação também deve considerar aqueles que humilham como sujeitos que merecem compreensão, não no sentido de ser condescendente com suas atitudes, mas para entender os motivos que os levam a isso e intervir para que possam superá-los, pois eles também possuem fragilidades e devem ser escutados e cuidados.

A prática dos educadores no dia a dia, a forma como se comunicam com as crianças e com os outros adultos e a postura que assumem diante das situações apresentadas aqui são

fatores determinantes para a formação ética almejada, cumprindo uma função ainda mais importante que as conversas e as discussões, uma vez que as crianças estão sempre muito atentas à coerência entre as atitudes e o discurso proferido pelos adultos.

Atividades com os alunos

Além das fundamentais intervenções em situações que acontecem no convívio na escola, é importante trazer o tema para ser discutido por todos, dentro ou fora da sala de aula, o que pode encorajar os alunos a expressarem seu mal-estar. Isso pode acontecer por meio da leitura de uma notícia de jornal em sala de aula, da exposição de um caso de humilhação que ganhou espaço na mídia e, sobretudo, das ocorrências no entorno da escola. Essas são boas atividades por não se referirem a indivíduos específicos que todos conhecem e com eles têm envolvimento diversos, mas por possibilitar um olhar mais distanciado e menos contaminado, criando condições de um debate mais profundo e neutro, que ajude a construir os valores que são transferidos para atitudes do dia a dia.

O importante é garantir para os alunos um espaço de conforto e acolhimento para que essas questões possam vir à tona. Trata-se de um processo de construção de atitudes e valores, e não de transmissão de regras de conduta apropriadas.

O currículo também exerce uma função crucial nesse processo, ampliando a compreensão dos alunos em relação ao contexto social em que estão inseridos. Nesse sentido, é possível escolher temas curriculares, nos quais a consideração das necessidades do outro e a indignação com ações de opressão estejam presentes.

As exposições e as discussões acerca de temas que afligem a humanidade em seu cotidiano e suas possíveis repercussões no desenvolvimento das crianças e dos adolescentes também devem ocupar seu espaço na sala de aula. Abordar no currículo períodos históricos como os anos de regime autoritário e ditadura civil-militar vividos recentemente no Brasil, ressaltando o caráter humilhante das prisões, torturas e



violências dirigidas à população, assim como a imposição de leis que configuravam desrespeito aos Direitos Humanos de forma flagrante, como o exílio, a cassação de direitos e de trabalho, a repressão à livre expressão e a nomeação dos governantes por meio de decreto é outro exemplo de abordagem curricular que contribuirá para a formação ética e política dos alunos. A questão da devastação e da expulsão dos indígenas das terras que são suas por direito também configura um exemplo claro de exercício de poder permeado por práticas de humilhação e desrespeito, assim como a escravidão e o patriarcado abusivo.

O valor dessas ações educativas, mais que as informações prestadas aos alunos (que são, sem dúvida, bastante importantes), está na possibilidade de todos se colocarem, sem que sejam julgados, compartilhando e ressignificando suas ideias e suas posições.

Sugestões para a reflexão dos educadores

Em algum momento da vida, todas as pessoas presenciaram ou viveram uma situação em que se sentiram humilhadas. Uma boa maneira de disparar uma conversa ou uma reflexão acerca desse assunto é compartilhá-las com colegas, relatando-as e comentando as que forem apresentadas. Uma vez que todos viveram também uma parte da vida como alunos, seria interessante lembrar coletivamente as humilhações que enfrentaram ou que presenciaram ao longo da vida escolar, dando destaque às intervenções dos adultos que mediaram a situação e aos sentimentos que surgiram no momento. Esses momentos revelam para todos o quanto e há quanto tempo a humilhação está presente nas escolas, contribuindo para a busca de estratégias e encaminhamentos que podem se mostrar potentes. Sendo esse um tema bastante complexo e delicado, a reflexão, o trabalho coletivo, a escuta e a possibilidade de expor dúvidas e desconfortos são condições para a construção de um espaço coletivo em que o respeito permeia as relações de todos.



Aos poucos, as situações vividas recentemente com os alunos na escola passam também a ocupar um espaço importante nas conversas, sendo tematizadas e levando ao grupo a possibilidade de construir um repertório de experiências (bem e malsucedidas), que, registradas de alguma forma, podem se tornar subsídios para situações que envolvem tomadas de decisão. Trata-se de um material precioso, que pode ser feito de forma virtual, em um documento compartilhado com todos os interessados.

A manutenção das conversas, bem como a construção desse material de autoria coletiva, dependerá da determinação de um tempo para que os grupos se dediquem a essa questão, com certa regularidade, ainda que seja de 15 minutos no início ou no fim das reuniões pedagógicas, para socializar situações recém-vivenciadas e ouvir sugestões dos colegas. Levar para a apreciação coletiva artigos de jornais, livros, sites e biografias que abordam essas situações também contribui com o processo, sustentando a discussão.

O mural da escola também pode prestar grande ajuda, se apresentar, pelo menos, uma notícia ou nota que aborde o tema da humilhação. A sala dos professores, ou os outros espaços de grande circulação de adultos, pode conter em um de seus “cantinhos” um pequeno caderno, ao qual toda a comunidade de adultos tem acesso e no qual podem ser registrados casos de sucesso, “pedidos de socorro”, desfechos de casos que foram expostos etc. O importante é que o tema esteja presente na vida da escola e seja “encarado de frente” pelos adultos, o que, inevitavelmente, levará os alunos a assumir uma posição nesse sentido.

Proposta de vivência e dramatização

A dinâmica apresentada aqui tem como objetivo levar os educadores a compartilhar e vivenciar experiências nas quais se sentiram constrangidos na escola quando eram alunos. A ideia é que possam se colocar no lugar de humilhados, de quem precisa humilhar e de expectadores da situação para se aproximarem das questões envolvidas nos atos de violência física, verbal ou gestual que constroem uma pessoa.

1. Organizados em uma grande roda, os participantes são convidados a compartilhar com o grupo uma situação vivida na escola, na época em que foram alunos, em que se sentiram humilhados. Nenhum participante será obrigado a falar, deixando essa tarefa apenas para aqueles que se sentirem à vontade para isso. Podem também relatar um episódio em que humilharam ou que viram essa situação acontecer com algum colega.
2. Depois de algumas exposições, o grupo escolhe um dos relatos para dramatizar pelos que se colocarem como voluntários.
3. Os “atores” farão os papéis de humilhador (um ou mais, a depender da situação escolhida), humilhado e outros que farão o papel daqueles que assistiram o ocorrido. Esse terceiro grupo tem uma função importante: discutir o papel daqueles que, assistindo a uma cena de humilhação, podem se omitir ou tomar uma posição. Todos devem se preparar pensando no que cada um sentiu, como se sentiu, seus motivos. Quanto mais complexa e contraditória for a situação escolhida, melhor.
4. A cena é dramatizada, contando com a atenção e o respeito dos que assistem.
5. Depois de encerrada a cena, os participantes voltam a se organizar em uma grande roda, em que discutirão e compartilharão seus sentimentos. É fundamental que os “atores” (inclusive os que atuaram como testemunhas do ato de humilhação) possam se colocar antes de a palavra ser oferecida ao coletivo.
6. No fim da dinâmica de discussão, ou mesmo ao longo dela, o mobilizador retoma com o grupo a necessidade de considerar o que foi discutido no contexto dos alunos que atualmente têm sido alvo de humilhação, identificando com o grupo as possibilidades de intervenção do educador.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA

ALENCAR, Heloisa Moulin & LA TAILLE, Yves de. Humilhação: o desrespeito no rebaixamento moral. Em *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 59, p. 217-231, 2007.

ASSMAR, Eveline Maria Leal. A experiência da injustiça na vida diária: uma análise preliminar de três grupos sociais. Em *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 10, n. 2. Porto Alegre, 1997. Disponível em: <http://redalyc.uaemex.mx/pdf/188/18810211.pdf>. Acesso em: 12/12/2011.

BOTO, Carlota. A educação escolar como direito humano de três gerações: identidades e universalismos. Em SCHILLING, Flávia (org.). *Direitos Humanos e educação: outras palavras, outras práticas*. São Paulo: Cortez, 2005.

CARBONE, Renata Aparecida & MENIN, Maria Suzana de Stéfano. Injustiça na escola: representações sociais de alunos do ensino fundamental e médio. Em *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 2, p. 251-270. São Paulo, 2004.

DUBET, François. Democratização escolar e justiça da escola. Em *Revista Educação*, v. 33, n. 3, p. 381-394. Santa Maria, set./dez. 2008. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reeducacao/article/view/79/53>. Acesso em: 15/7/2011.

KEHL, Maria Rita. Direitos Humanos: a melhor tradição da modernidade. Em VENTURI, Gustavo (org.). *Direitos Humanos: percepções da opinião pública, análises de pesquisa nacional*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2010.

LA TAILLE, Yves de. A importância da generosidade no início da gênese da moralidade na criança. Em *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v. 19, n. 1, p. 9-17. Porto Alegre, 2006.

LEÃO, Geraldo Magela Pereira. Experiências de desigualdade: os sentidos da escolarização elaborados por jovens pobres. Em *Educação e Pesquisa*, v. 32, n. 1, p. 32-48. São Paulo, jan./abr. 2006.

_____. Cultura da vaidade e consumo. Em *Pátio. Revista Pedagógica*, v. 12, p. 16-19. Porto Alegre, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. *Ensinando Direitos Humanos: atividades práticas para os Ensinos Fundamental e Médio*, 2004.

PUIG, Josep Maria. Aprender a viver. Em ARAÚJO, Ulisses F.; PUIG, Josep Maria; ARANTES, Valéria Amorim (orgs.). *Educação e valores: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus, 2007.

SCALON, Celi. Justiça como igualdade? A percepção da elite e do povo brasileiro. Em *Sociologias*, ano 9, n. 18, p. 126-149. Porto Alegre, jun./dez. 2007.

SOUZA, Regina Maria de & GALLO, Silvio. Por que matamos o barbeiro? Reflexões preliminares sobre a paradoxal exclusão do outro. Em *Educação e Sociedade*. Dossiê "Diferenças", ano 23, n. 79, p. 39-64. Campinas: Unicamp/Cedes, ago. 2002.

